

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2024/2699	8238/2024	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DCF - DP [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Considerando:

- A promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, constituem atribuições dos municípios, nos termos do estabelecido no n.º 1, do artigo 23.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual);
- Que compete à câmara municipal “apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças” (cfr. alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais);
- Que compete à câmara municipal “deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes...” (cfr. alínea o), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais);
- Que o Hóquei Clube de Braga, HCB, é um clube desportivo da cidade de Braga fundado em 18 de Março de 1988, com intuito de manter a prática do hóquei em patins após a extinção desta modalidade pelo ABC de Braga. Nos primeiros 14 anos de atividade utilizou o Pavilhão de Adaúfe tendo-se mudado para o Pavilhão das Goladas no ano de 2002;
- Que o HCB disputa o Campeonato Português de Hóquei em Patins e tem equipas em todos os escalões de formação. Conta com cerca de 400 associados;
- Que o fim de interesse público subjacente à celebração do presente contrato, alcançado através da cedência da utilização do pavilhão desportivo para o desenvolvimento das iniciativas e atividades desportivas do Hóquei Clube de Braga, nomeadamente, a prática de hóquei em patins e patinagem artística;

Maria Sampaio de Macedo Araújo (1 / 2)
Residente da Câmara Municipal
Data: 19/11/2024
HASH: 682c886b1f3cae766374d617b5034f



Ricardo Bruno Antunes Machado Rio (2 / 2)
Residente da Câmara Municipal
Data: 19/11/2024
HASH: 225f29b0a31c3724e8a3d79372833955



- Que a celebração do presente contrato visa assegurar uma gestão e utilização racional do bem imóvel objeto do mesmo, concretizando a necessária ponderação entre os custos e benefícios;
- Que o disposto nos artigos 52.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, que estabelece o Regime Jurídico do Património Imobiliário Público;

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar o contrato de cedência de utilização temporária entre o Município de Braga e o HC de Braga – Hóquei em Patins, SAD. relativo ao Pavilhão das Goladas sito na Rua Orfeão de Braga

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



CONTRATO DE CEDÊNCIA DE UTILIZAÇÃO TEMPORÁRIA

Pavilhão das Goladas

Considerando:

1. A promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, constituem atribuições dos municípios, nos termos do estabelecido no n.º 1, do artigo 23.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual);
2. Compete à câmara municipal “apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município...” (cfr. alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais);
3. Compete à câmara municipal “deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes...” (cfr. alínea o), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais);
4. O Hóquei Clube de Braga, HCB, é um clube desportivo da cidade de Braga fundado em 18 de Março de 1988, com intuito de manter a prática do hóquei em patins após a extinção desta modalidade pelo ABC de Braga. Nos primeiros 14 anos de atividade utilizou o Pavilhão de Adaúfe tendo-se mudado para o Pavilhão das Goladas no ano de 2002;
5. O HCB disputa o Campeonato Português de Hóquei em Patins e tem equipas em todos os escalões de formação. Conta com cerca de 400 associados;
6. O fim de interesse público subjacente à celebração do presente contrato, alcançado através da cedência da utilização do pavilhão desportivo para o desenvolvimento das iniciativas e atividades desportivas do Hóquei Clube de Braga, nomeadamente, a prática de hóquei em patins e patinagem artística;
7. A celebração do presente contrato visa assegurar uma gestão e utilização racional do bem imóvel objeto do mesmo, concretizando a necessária ponderação entre os custos e benefícios;
8. O disposto nos artigos 52.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, que estabelece o Regime Jurídico do Património Imobiliário Público;

Entre

Município de Braga, pessoa coletiva de direito público n.º 506 901 173, com sede na Praça do Município, 4700-514, Braga, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, adiante designado por **Primeiro Outorgante**,

e

HC de Braga – Hóquei em Patins, SAD., doravante **HCB**, pessoa coletiva n.º 508 285 518, com sede no Pavilhão das Goladas, na Rua Profª Adelina Caravana, São Victor, 4710-500 Braga, neste ato representada pelo Presidente do Conselho de Administração, **Luís Botelho**, adiante designado por **Segundo Outorgante**,

Em cumprimento da deliberação da Câmara Municipal de Braga de..... de novembro de 2024 e nos termos e a coberto do disposto, conjugadamente, nos artigos F-2/1.º e ss. do Código Regulamentar do Município de Braga, nos artigos 53.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, na sua redação em vigor, e na alínea c), do n.º 2, do artigo 4.º, do Código dos Contratos Públicos, é celebrado o presente contrato de cedência de utilização temporária, que se rege pelos termos e condições constantes das cláusulas seguintes, que as partes outorgantes livremente estipulam e reciprocamente aceitam:

Cláusula 1.ª

(Objeto)

1. Pelo presente contrato o Primeiro Outorgante cede ao Segundo Outorgante o gozo do pavilhão gimnodesportivo sito na Rua Orfeão de Braga, denominado por “Pavilhão das Goladas”.

2. O referido prédio municipal, com a área de 1568,75m2, está descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 3651/20200511, e inscrito na matriz predial urbana da Freguesia de S. Vítor sob o artigo 5522.

Cláusula 2.ª

(Finalidade)

O Município cede ao HC de Braga – Hóquei em Patins, SAD, o prédio descrito na cláusula primeira, denominado por Pavilhão das Goladas, para o exercício das iniciativas e atividades desportivas do Hóquei Clube de Braga, nomeadamente, para a prática das modalidades de hóquei em patins e patinagem artística.

Cláusula 3.ª

(Regime de utilização)

1. O Segundo Outorgante utilizará o espaço municipal para o exercício das atividades referidas na Cláusula Segunda e compromete-se a respeitar integralmente as características das instalações, atendendo ao fim a que se destinam, não lhe podendo dar outro fim, sem autorização expressa do Município de Braga, nem do mesmo fazer qualquer utilização imprudente.

2. Sem prejuízo do disposto na Clausula 5.ª, ao Segundo Outorgante não é permitido sublocar, emprestar ou ceder, por qualquer forma ou negócio, os direitos emergentes deste contrato, sem autorização expressa do Município.

Cláusula 4.ª

(Obras de manutenção e conservação)

1. As obras de conservação e manutenção que se afigurem necessárias para a utilização do espaço municipal para os fins previstos na Cláusula Segunda são da responsabilidade do Segundo Outorgante.
2. Quaisquer outras obras que o Segundo Outorgante pretenda realizar no referido espaço municipal, objeto do presente contrato, necessitam de prévia autorização, por escrito, do Primeiro Outorgante.
3. O Segundo Outorgante obriga-se a cumprir com as atuais especificações técnicas presentes no mapa de quantidades da obra dos materiais/equipamentos que necessitem de manutenção/conservação e/ou substituição dos mesmos.
4. Todas as obras que forem realizadas ficarão a constituir parte integrante do imóvel municipal, não tendo o Segundo Outorgante, findo o contrato, direito a qualquer compensação ou indemnização pela sua realização.

Cláusula 5.ª

(Obrigações do Segundo Outorgante)

1. Na vigência do presente contrato, o Segundo Outorgante, obriga-se a:
 - a) Disponibilizar as instalações desportivas do Pavilhão das Goladas, para utilização, em exclusivo, pela Escola Artística Conservatório de Música Calouste Gulbenkian de Braga, nos termos indicados e autorizados pelo Município, todos os dias úteis, das 08h00 às 17h30, para cumprimento do plano escolar e educativo desse estabelecimento de ensino;
 - b) Disponibilizar as estruturas e os equipamentos desportivos fixos das instalações, necessários e adequados para a sua utilização, nas horas indicadas nos termos da alínea anterior;
 - c) Disponibilizar todos os balneários e áreas técnicas, que sejam necessários e contribuam para o bom funcionamento das aulas e treinos, nas horas disponibilizadas nos termos da alínea a);
 - d) Assegurar que as instalações desportivas têm boas condições de funcionamento, designadamente, quanto à existência de água, energia elétrica e demais comodidades, assumindo os respetivos consumos;
 - e) Suportar os encargos inerentes à conservação, manutenção, limpeza e vigilância do Pavilhão das Goladas, inclusivamente, no período utilizado pela Escola Artística Conservatório de Música Calouste Gulbenkian de Braga;
 - f) Manter as instalações em perfeito estado de conservação e segurança;
 - g) Zelar pelo bom uso do pavilhão e pelo uso cuidado e seguro por parte dos utilizadores (praticantes, jogadores, atletas, treinadores, equipas técnicas, funcionários, colaboradores, dirigentes, sócios, adeptos e público em geral, garantindo a celebração de um seguro de acidentes pessoais aos utilizadores do Pavilhão (seguro desportivo);
 - h) Cumprir com todas as exigências legais respeitantes ao desenvolvimento da sua atividade e respetivas iniciativas/eventos desportivos, nomeadamente a legislação respetiva ao enquadramento técnico desportivo, ao combate à violência no desporto, inspeções obrigatórias dos equipamentos desportivos, assegurar o cumprimento e

execução do plano de emergência, regulamentação da instalação desportiva, assegurar a operacionalidade do DAE.

- i) Assegurar os requisitos técnicos e legais no âmbito do funcionamento do bar de apoio à instalação desportiva.

2. O Segundo Outorgante obriga-se, ainda, a:

- a) Prestar ao Município de Braga todas as informações sobre a forma como a execução do presente contrato está a ser desenvolvido, facultando, para tanto, acesso à área cedida e a todas as demais informações solicitadas, sem prejuízo do princípio da necessidade, da proporcionalidade e do respeito pelo regime geral de proteção de dados;
 - b) Comunicar de imediato ao Município qualquer defeito ou anomalia que se verifique nos equipamentos cedidos; assim como a existência de qualquer ocorrência verificada pela utilização das estruturas/equipamentos desportivos, no prazo de 8 dias após a sua verificação;
 - c) Celebrar e manter em vigor todos os seguros que se mostrem necessários e adequados ao funcionamento das estruturas/equipamentos e utilizadores.
3. Para além das horas de disponibilização mínimas indicadas na alínea a) do número anterior, e dos respetivos horários de utilização que vierem a ser definidos, o HCB informará o Município sobre os dias e horários que não utilize regularmente para a sua prática desportiva, que poderão ser utilizados pelo Município, nos termos do presente contrato.
4. Por acordo entre os outorgantes, o Primeiro Outorgante poderá utilizar a instalação desportiva para a realização de eventos esporádicos e temporários, mediante comunicação prévia.

Cláusula 6.ª

(Prazo)

1. O presente contrato de cedência é celebrado pelo prazo de 10 (dez) anos, contados desde a data da sua assinatura.

2. O prazo referido no número anterior pode ser renovado, mediante expressa deliberação do Primeiro Outorgante, na sequência de pedido formal a apresentar pelo Segundo Outorgante, com a antecedência mínima de três meses relativamente ao termo do prazo em curso, através de carta registada com aviso de receção.

Cláusula 7.ª

(Contrapartida pela cedência)

Como contrapartida pela cedência da utilização do Pavilhão das Goladas, o Segundo Outorgante compromete-se a assumir e assegurar os encargos constantes da Cláusula 5.ª, nomeadamente, a vigilância e limpeza do espaço municipal e a conservação do mesmo, no período de vigência do presente contrato, inclusivamente, nos períodos em que o Pavilhão esteja a ser utilizado pela Escola Artística Conservatório de Música Calouste Gulbenkian.

Cláusula 8.ª

(Contrato)

A cedência do gozo do prédio municipal identificado na Cláusula Primeira é temporária, não tendo as partes intenção de celebrar um contrato de arrendamento.

Cláusula 9.ª

(Exclusão de responsabilidade)

1. Quaisquer obrigações assumidas pelo Segundo Outorgante decorrentes do exercício da sua atividade, designadamente, com a contratação de financiamentos bancários, dívidas contraídas a terceiros ou quaisquer danos provocados, serão da sua exclusiva responsabilidade, não podendo ser imputada, seja a que título for, qualquer responsabilidade ao Primeiro Outorgante.

2. O Segundo Outorgante compromete-se a publicitar e dar conhecimento do estipulado no número anterior às entidades financiadoras e/ou terceiros com quem decida contratar ou que utilizem a área agora cedida, assumindo toda e qualquer responsabilidade pela omissão ou incumprimento desta obrigação.

Cláusula 10.ª

(Direção e Fiscalização da Execução do Contrato)

1. Os poderes de direção e a fiscalização do modo de execução do contrato serão exercidos pelo Primeiro Outorgante, nos termos do disposto nos artigos 303.º a 305.º do CCP.

2. Para efeitos da concretização dos poderes de direção e fiscalização do modo de execução do contrato o contraente público será representado pelo Gestor do Contrato, no qual se delega:
- a) A competência para a emissão de ordens, diretivas ou instruções, bem como para proceder à notificação prevista no art.º 325.º do CCP para que o Segundo Outorgante cumpra, em prazo fixado para o efeito, todas as obrigações emergentes do contrato, a quem o contraente público fica obrigado a prestar toda a colaboração que se mostrar necessária e toda a informação que lhe seja solicitada, sem prejuízo dos relatórios de acompanhamento previstos no presente contrato;
 - b) A competência para decidir sobre a verificação da existência de uma impossibilidade temporária de cumprimento do contrato que determina a suspensão do prazo (nos termos do disposto no art.º 297.º do CCP) e sobre a respetiva retoma logo que cessem as causas que determinaram a suspensão (nos termos do disposto no art.º 298.º do CCP).
3. O Gestor do Contrato, no exercício das funções de fiscalização será responsável pela medição e a avaliação dos níveis de desempenho exigidos, nos termos do disposto no n.º 2, do artigo 290º-A do CCP.

Cláusula 11.ª

(Gestor do Contrato)

Para efeitos do disposto na presente norma e nos termos do disposto no artigo 290.º- A do CCP, fica designado como gestor do contrato do Município de Braga e substituto, em caso de impossibilidade ou impedimento:

Nome do gestor do contrato: Silvestre Augusto

E-mail: silvestre.augusto@cm-braga.pt

Nome do substituto: Alcino Silva

E-mail: alcino.silva@cm-braga.pt

Cláusula 12.ª

(Cessão da posição contratual)

1. O Segundo Outorgante não pode ceder, no todo ou em parte, a sua posição contratual.
2. O Segundo Outorgante não pode, por qualquer forma ou meio, designadamente através de arrendamento, concessão ou realização de quaisquer parcerias, autorizar a utilização da área cedida por terceiros para fins distintos daqueles que se encontram descritos na Cláusula Segunda, sem prévia autorização expressa do Primeiro Outorgante.

Cláusula 13.^a

(Cessação do Contrato)

1. O presente contrato cessa automaticamente:
 - a) pelo decurso do prazo referido na cláusula 6.^a;
 - b) pela extinção do Segundo Outorgante.
2. O presente contrato pode ainda cessar:
 - a) por acordo entre as partes;
 - b) por denúncia, nos termos da cláusula seguinte;
 - c) por resolução unilateral do Município:
 - i. pela afetação da área cedida a fins diferentes dos que se encontram referidos no presente contrato;
 - ii. pela não utilização da área cedida por um período superior a 3 meses seguidos;
 - iii. por incumprimento grave, pela Segunda Outorgante, das demais cláusulas do presente contrato;
 - iv. por declaração de interesse público.

Cláusula 14.^a

(Denúncia)

Qualquer uma das partes outorgantes pode denunciar o presente contrato, por escrito, mediante carta registada com aviso de receção, com uma antecedência mínima de dois meses relativamente à data pretendida para a cessação dos seus efeitos, sem que tal confira direito a qualquer indemnização.

Cláusula 15.^a

(Resolução Unilateral)

1. A resolução unilateral referida na alínea c) do número 2 da Cláusula 13.^a opera por mera notificação da decisão de resolução ao Segundo Outorgante.

2. Em caso de incumprimento das obrigações previstas no presente contrato, o Município de Braga pode rescindir imediatamente o contrato, com reversão imediata para sua posse da área cedida e respetivas benfeitorias, sem direito a qualquer indemnização, compensação ou direito de retenção para o Segundo Outorgante a qualquer título.

3. Nas situações em que a resolução unilateral se fundamente em interesse público poderá o Município proceder ao pagamento de uma indemnização destinada a compensar os danos emergentes, que sejam comprovadamente demonstrados.

Cláusula 16.^a

(Devolução do Imóvel)

Findo o presente contrato, pelo decurso do prazo ou em virtude de qualquer outra das situações previstas nas cláusulas anteriores, o Segundo Outorgante obriga-se a entregar ao Município, no prazo de 15 dias úteis contados da cessação do contrato, o prédio cedido, em bom estado de conservação e limpeza, sem que possa ser alegado direito de retenção ou reclamada qualquer contrapartida ou indemnização.

Cláusula 17.^a

(Modificação do contrato)

Qualquer modificação ou revisão ao presente contrato deverá ser celebrada por escrito e assinada pelas partes outorgantes.

Cláusula 18.^a

(Habilitação legal)

Para efeitos do disposto no artigo 177.º-B do Código de Procedimento e Processo Tributário, o Segundo Outorgante apresentou os seguintes documentos comprovativos de que possui a sua situação tributária regularizada, que se anexam:

- a) Declaração da situação regularizada relativamente à Autoridade Tributária;
- b) Declaração da situação regularizada relativamente às contribuições para a Segurança Social.

Cláusula 19.^a

(Omissões)

Os casos omissos ou dúvidas resultantes do presente clausulado serão resolvidos mediante acordo entre as partes, à luz do disposto nas normas do Código Regulamentar do Município de Braga e demais legislação aplicável.

Cláusula 20.^a

(Foro competente)

Para a resolução de todas as questões emergentes do presente contrato, as partes elegem como competente o Tribunal da Comarca de Braga, com expressa renúncia de qualquer outro.

Por ser esta a vontade livremente expressa pelas partes outorgantes, vão elas assinar o presente contrato, exarado em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada uma, depois de devidamente rubricado e assinado.

Pelo Primeiro Outorgante,

Pelo Segundo Outorgante,

Braga,de Novembro de 2024.